



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BELO

ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PARECER JURÍDICO 141 /2024

Referência: Pregão eletrônico nº 121/2024;

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de material médico-hospitalar destinados a Unidade de Pronto Atendimento –UPA24h.

Direcionamento da Orientação: Comissão Permanente de Licitações; Setor de Compras; Pregoeiros e Comissão e respectiva de Apoio, Secretário de Saúde;

Fundamentação: Art. 53 § 1º da Lei Federal 14.133/2021;

Assunto: Recurso contra decisão do pregoeiro.

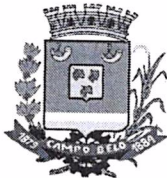
I- RELATÓRIO

1. Cuida-se de recurso administrativo interposto pela empresa **ASCLÉPIOS EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA**, inscrita no CNPJ nº 33.068.320/0001-32, pretendendo, em síntese, impugnar decisão do pregoeiro que aceitou a proposta das empresas GLOBAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS LTDA, PEROLA IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA, SAFRAMED HOSPITALAR LTDA, VITA SOLUÇÕES EM ENGENHARIA CLINICA LTDA, PORTO SAÚDE COMERCIO E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, MEDICENTRO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA JN DIAGNÓSTICA LTDA, VITALI COMERCIO E IMPORTAÇÃO LTDA E LIFEPAR DISTRIBUIDORA LTDA para o item 36.

2. A recorrente, explica que o aparelho ofertado pela empresa vencedora **não atende às especificações do Edital** e, por essa razão, deve ser rejeitada, reajustando-se a ordem de classificação das propostas no certame.

3. A pasta de licitação desceu para a procuradoria jurídica dia 19 de novembro de 2024 e contém os seguintes documentos: minuta de recurso e um “parecer técnico” subscrito pela fiscal do contrato.

4. Nesse prisma, o parecer abordará os fatos a partir dos elementos trazidos para a colação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BELO

ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

5. É relatório, passo a opinar sobre a matéria.

II- ANÁLISE DE JURIDICIDADE

6. Inicialmente, esclareço que o parecer jurídico toma por base a documentação constata dos autos; não serve como auditoria em documentos produzidos por outros setores, assim como não adentra na análise de elementos de natureza técnica ou discricionária do pregoeiro, que de fato é a autoridade responsável por analisar a proposta das empresas participantes do certame; o parecer não possui a função de substituir o ato de aceitação da proposta, pois o parecerista não é autoridade competente para isso segundo as normas do Edital.

7. No aspecto procedimental, o **recurso é tempestivo** e **merece ter o mérito analisado.**

8. A impugnante argumenta que a proposta apresentada pelas empresas GLOBAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS LTDA, PEROLA IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA, SAFRAMED HOSPITALAR LTDA, VITA SOLUÇÕES EM ENGENHARIA CLINICA LTDA, PORTO SAÚDE COMERCIO E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, MEDICENTRO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA JN DIAGNÓSTICA LTDA, VITALLI COMERCIO E IMPORTAÇÃO LTDA E LIFEPAAR DISTRIBUIDORA LTDA para o item 36 não está de acordo com as especificações constantes do Edital.

9. Pois bem.

10. Consabido que a Administração pública está estritamente vinculada com os termos do Edital tanto em relação às regras procedimentais quanto em relação às especificações dos itens que pretende adquirir.

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, **da vinculação ao edital, do julgamento objetivo**, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro)



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BELO

ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

11. No mesmo sentido, o edital do certame diz que:

9.4 Será **desclassificada** a proposta vencedora que:

9.4.1 Contiver vícios insanáveis;

9.4.2 Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

12. No caso, a empresa recorrente argumenta que o equipamento descrito no item 36 exige que as hastes sejam confeccionadas em aço inox, ao passo que o modelo ofertado pelas empresas possui hastes confeccionadas em alumínio.

13. Então, existe uma diferença entre o que é exigido no Edital e o que está sendo ofertado no certame.

14. Nessa assentada, entendo que, se o produto ofertado pela vencedora provisória do certame possui especificação diferente da que é exigida no **Termo de Referência**, a proposta não está de acordo com o que foi previamente estabelecido, **perfazendo hipótese de desclassificação**, pelo princípio da vinculação ao instrumento convocatório e pela regra do item **9.4.2 do Edital, subscrita acima.**

15. Entretanto, essa diferenciação na especificação do produto não está plenamente comprovada nos autos, pelo **que o pregoeiro deve fazer diligência a fim de verificar a especificação técnica do equipamento ofertado e, com base nos dados obtidos, manter a proposta ou desclassificá-la.**

16. Portanto, na compreensão do parecerista, nesse caso, devem ser feitas diligências para averiguar as características do produto oferecido pelas empresas e, caso constatado que as hastes não são confeccionadas em aço inox, devem ser desclassificadas a proposta.

III- CONCLUSÃO

17. Feitas estas considerações, bem assim considerando as disposições do Edital, da minuta do contrato e do Estudo Técnico Preliminar, respondo a consulta da seguinte forma: i) preliminarmente seja recebido o recurso; ii) sejam feitas diligências para averiguar as características do produto oferecido pelas



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BELO

ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

empresas e iii), caso constatado que as hastes não são confeccionadas em aço inox, devem ser desclassificadas a proposta, dando-se provimento ao recurso¹.

É o parecer que encaminho ao conhecimento da autoridade para que possa decidir.

Campo Belo, Minas Gerais em 21 de novembro de 2024

THIARLES SILVA

TERRA:08840510648

Procuradoria Jurídica Municipal
Thiarles Silva Terra

Assinado de forma digital por
THIARLES SILVA TERRA:08840510648
Dados: 2024.11.21 09:45:07 -03'00'

¹ Tendo em vista o **critério da hierarquia** e considerando **o disposto no caput do Art. 11, inciso III da Lei Complementar nº 162/2018, que estrutura a Procuradoria Geral do Município,** encaminho parecer jurídico nº 141 /2024, que sugere: i) preliminarmente seja recebido o recurso da empresa **ASCLÉPIOS EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA**; ii) sejam feitas diligências para averiguar as características do produto oferecido pelas empresas recorridas e iii), caso constatado que as hastes não são confeccionadas em aço inox (desatendendo-se o Edital), devem ser desclassificadas a proposta, dando-se provimento ao recurso, **ao conhecimento do I. Procurador Geral**, autoridade à qual está submetido, para que possa acompanhar os trabalhos desempenhados pelo parecerista no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde e deliberar sobre as medidas que entender necessárias ao devido processo legal administrativo no âmbito do órgão de representação judicial e extrajudicial, interno e externo do Município